

ANÁLISE DOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO BRASIL EM COMPARAÇÃO COM O CHILE, COSTA RICA, CUBA, CHINA E SUÉCIA

*Salvatore Santagada**

O estudo comparativo dos indicadores sócio-econômicos tem por objetivo delinear a situação social que se apresenta a partir de informações objetivas de cada país investigado. Sabe-se de antemão que só a quantificação não é suficiente para uma melhor aproximação com a realidade social. Entretanto o uso dos dados quantitativos, quando amparados através de parâmetros homogêneos, podem servir de marco de avaliação. Os indicadores econômicos, como Produto Nacional Bruto (PNB), renda "per capita", etc., já possuem um trabalho teórico sistematizado por detrás dos números. Por outro lado, os indicadores sociais ultrapassam a simples medição e quantificação do fenômeno, pois eles devem responder às preocupações quanto à dinâmica social, ou seja, as mudanças significativas que estão em curso na sociedade de classes. O trabalho teórico sob essa orientação se encontra muito incipiente no campo dos indicadores sociais.

As informações que servirão de base para a presente análise têm como fonte o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado **Situação Mundial da Infância 1991**. O relatório do UNICEF (para o ano de 1989) contém uma discussão sobre os indicadores de desenvolvimento real e coloca várias limitações ao instrumento convencional de medição do nível de desenvolvimento de um país: o PNB "per capita" e sua taxa de crescimento anual.

O UNICEF dá maior relevância aos indicadores sociais¹ para avaliar o desenvolvimento real e considera que: "(...) os diversos meios de medir o desenvolvimento, como a esperança média de vida, a mortalidade dos menores de cinco anos, as taxas de alfabetização e o estado nutricional, têm grande importância prática, e não apenas acadêmica. São ferramentas potencialmente importantes para alcançar o tipo de desenvolvimento que prioriza os pobres"(Situação Mundial... 1984(b.d.), p.85).

* Sociólogo da FEE.

¹ Dois exemplos recentes de novos indicadores sociais são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)(Gall, 1990) e o Índice da Liberdade Humana (ILH)(ZH, 26.5 91), ambos criados pela Organização das Nações Unidas (ONU). A construção do IDH (1990) incorporou os indicadores de esperança de vida ao nascer, grau de alfabetização de adultos e poder real de compra da renda "per capita" de cada país, enquanto o ILH (1991) classifica os países de acordo com o grau de liberdade de seus povos, utilizando como critério a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras convenções internacionais.

Em vista disso, a ênfase durante a análise será dada aos indicadores sociais dos cinco países que serão comparados com o Brasil, três deles (Cuba, Costa Rica e Chile) fazem parte da América Latina, além da China e da Suécia. Essa escolha tem por base a experiência profissional do Dr. Lauro Monteiro Filho (1989), que considera os três países latino-americanos escolhidos como apresentando os melhores indicadores sociais da região, enquanto um país asiático como a China vem melhorando ano a ano seus indicadores e, por fim, a Suécia por ser um país europeu que possui os mais significativos indicadores sociais.

O estudo do UNICEF (para 1991) elegeu como o melhor indicador social de desenvolvimento de um país a taxa de mortalidade de menores de cinco anos entre cada 1.000 nascidos vivos (TMM5). O Brasil está em 64^a lugar na tabela da TMM5 mundial entre os 129 países pesquisados.

A posição de 11^a PIB do mundo capitalista ocupada pelo Brasil pouco tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população.

O PNB "per capita" do Brasil de US\$ 2.160 em 1988 era superior ao da China (US\$ 330), de Cuba (US\$ 1.170), do Chile (US\$ 1.510), da Costa Rica (US\$ 1.690) e bastante distanciado da Suécia (US\$ 19.300). Como esse número, por ser uma média, pouco esclarece sobre a qualidade de vida dos habitantes, será então cotejado com outros indicadores (Tabela 1).

Tabela 1

Indicadores sócio-econômicos do Brasil em comparação com o Chile, Costa Rica, China e Suécia — décadas de 60, 70 e 80

PAÍSES	PNB "PER CAPITA" (US\$) 1988	PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA FAMILIAR 1976-88		TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PNB "PER CAPITA" (%)	
		40% Mais Baixa	20% Mais Alta	1965-80	1980-88
Brasil.....	2 160	8	63	6,3	1,2
Chile	1 510	13	54	0,0	-0,1
Costa Rica	1 690	12	55	3,3	0,2
Cuba	1 170	...	...	...	...
China	330	...	...	4,1	9,2
Suécia	19 300	21	...	2,0	1,9

FONTE: Situação Mundial da Infância 1991 (s.d.). Brasília, UNICEF.

Um dos indicadores que avalia o nível de concentração da renda é a taxa de participação das famílias na renda nacional entre 1976-88, que mostra a porcentagem da renda apropriada pelos 40% das famílias de renda mais baixa e pelos 20% das famílias de renda mais alta.

No Brasil, 40% das famílias de renda mais baixa detêm 8% da renda nacional, enquanto os 20% das famílias de mais alta renda concentram 63%. Nos outros países, as famílias mais pobres têm uma melhor participação, ou seja, na Costa Rica (12%), no Chile (13%) e na Suécia (21%) ela é mais do que o dobro da brasileira (Tabela 1).

As taxas médias anuais de crescimento do PNB "per capita" entre os períodos de 1965-80 e 1980-88 são esclarecedoras dos diferentes momentos que marcaram as economias latino-americanas. No primeiro período (1965-80), o PNB "per capita" no Brasil cresceu 6,3%; na Costa Rica, 3,3%; e no Chile, 0,0%. Enquanto no período de recessão e ajuste econômico, temos: Brasil 1,2%, Chile 0,2% e Costa Rica -0,1% (Tabela 1).

Os gastos do Governo Central alocados em saúde, educação e defesa entre 1986 e 1988 deixam o Brasil em situação desvantajosa frente aos demais países da região. O Brasil em relação à saúde aplicou 6%; o Chile, 6%; e a Costa Rica, 19%. Na educação, acentua-se essa desvantagem: o Brasil investiu 3%; o Chile, 13%; e a Costa Rica, 19%. Já quanto à defesa, o Brasil gastava 3%; a Costa Rica, 2%; e o Estado militar chileno da época, a cifra expressiva de 11% (Tabela 2).

Um estudo da CEPAL (1989, p.39) apresenta os dados percentuais dos gastos sociais do Governo Central — englobando as áreas de educação, saúde, seguridade social, habitação e outros serviços sociais — em relação ao PIB. No caso brasileiro, em plena recessão econômica, o Governo não aumentou significativamente seus investimentos para minorar a crise. Em 1980, esses gastos representavam 8,6% do PIB, depois de chegar a 10,6% em 1982, e voltam ao patamar de 8,78% em 1984. O gasto público social no Brasil é nitidamente pró-cíclico, segundo a Economista Beatriz Azeredo (1991), ou seja, quando cai o PIB, o mesmo acontece com o gasto social. Esse comportamento não atende aos interesses das camadas desfavorecidas da população brasileira, pois os gastos sociais deveriam ser utilizados como um dos instrumentos anti-recessivos e, assim, resgatar esses setores para a cidadania. Na Região Nordeste, que concentra 53% da pobreza absoluta do Brasil — 23,7 milhões de pessoas que vivem com uma renda familiar "per capita" inferior a um quarto do salário mínimo —, o gasto da União foi reduzido de US\$ 1,5 bilhão em 1980 para US\$ 1,16 bilhão em 1985 (FSP, 10.11.91, p.1-18).

Os benefícios sociais que o Estado brasileiro repassa aos cidadãos têm contribuído mais com os ricos do que com os pobres. O Governo gastou 6% dos investimentos sociais com os 19% das pessoas que ganham um quarto do salário mínimo e 34% com os 16% que percebem mais de dois salários mínimos (Veja, 1989, p.38).

A TMM5 entre cada 1.000 nascidos vivos, em 1989, era de 85 no Brasil, 43 na China, 27 no Chile, 22 na Costa Rica, 14 em Cuba e de 7 na Suécia (Tabela 2).

A taxa de mortalidade de menores de um ano (TMM1) entre cada 1.000 nascidos vivos, em 1989, era de 61 no Brasil, 31 na China, 20 no Chile, 18 na Costa Rica, 11 em Cuba e de 6 na Suécia (Tabela 2).

Os dados referentes às TMM5 e TMM1 retratam a situação social precária do Brasil, que tem seus índices bastante distanciados do grupo de países em análise, ainda que estes sejam diferenciados em relação ao regime político, ao tamanho da população e à riqueza.

O percentual da população com acesso à água limpa entre 1985 e 1988 era de 78% no Brasil, enquanto para a Costa Rica era de 91% e para o Chile de 94% (Tabela 3).

Tabela 2

Indicadores sócio-econômicos do Brasil em comparação com o Chile, Costa Rica, Cuba, China e Suécia — 1960-89

PAÍSES	PORCENTAGEM DOS GASTOS DO GOVERNO CENTRAL (1986-88)			TMM5 (1)		TMM1 (2)	
	Saúde	Educação	Defesa	1960	1989	1960	1989
Brasil	6	3	3	159	85	116	61
Chile	6	13	11	143	27	114	20
Costa Rica.	19	16	2	121	22	84	18
Cuba	...	...	...	87	14	62	11
China	...	...	...	203	43	150	31
Suécia	1	9	7	20	7	16	6

FONTE: Situação Mundial da Infância 1991 (s.d.). Brasília, UNICEF.

(1) Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5): número de óbitos anuais de menores de cinco anos em cada 1.000 nascidos vivos. (2) Taxa de mortalidade infantil (TMM1): número de óbitos anuais de menores de um ano em cada 1.000 nascidos vivos.

Tabela 3

Porcentagem da população do Brasil com acesso à água limpa em comparação com o Chile, Costa Rica, China e Suécia — 1985-88

PAÍSES	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO COM ACESSO À ÁGUA LIMPA		
	Total	Urbano	Rural
Brasil	78	85	56
Chile	94	98	71
Costa Rica	91	100	83
Cuba	...	...	...
China	...	85	...
Suécia	...	...	...

FONTE: Situação Mundial da Infância 1991 (s.d.). Brasília, UNICEF.

A imunidade de crianças de um ano, entre 1988 e 1989, com três doses de vacina tríplice DPT (difteria, coqueluche e tétano), no âmbito dos países da América Latina, teve o seguinte comportamento: Brasil, 54%; Costa Rica, 87%; Cuba, 94%; e Chile, 95%. Em igual período, a imunização no Brasil contra o sarampo foi de 58%, a Tuberculose, 70% e contra a pólio alcançou a quase-totalidade das crianças, ou seja, 97% da população-alvo (Tabela 4).

Tabela 4

Porcentagem das crianças totalmente imunizadas, com um ano, do Brasil em comparação com Chile, Costa Rica, China e Suécia — década de 80

PAÍSES	TUBERCULOSE		DPT (1)		POLIOMIELITE		SARAMPO	
	1981	1988-89	1981	1988-89	1981	1988-89	1981	1988-89
Brasil	62	70	47	54	99	97	73	58
Chile	100	95	97	95	96	95	93	91
Costa Rica ..	81	87	83	88	85	91	71	88
Cuba	97	96	67	94	82	94	49	97
China	...	98	...	95	...	96	...	95
Suécia	...	14	99	99	99	98	56	94

FONTE: Situação Mundial da Infância 1991 (s.d.). Brasília, UNICEF.

(1) Difteria, coqueluche e tétano.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS),

"(...) um custo insignificante de 79 centavos de dólar anuais por habitante do Terceiro Mundo, seriam levantados recursos para (...) erradicar a pólio do mundo inteiro e conseguir remédios suficientes para tratar todos os casos de diarreia infantil, tuberculose, pneumonia, malária, esquistossomose e doenças venéreas" (ZH, 10.10.89, p.52).

Ainda que os recursos necessários apontados pela OMS sejam de pouca monta em relação aos benefícios à saúde da população, bem como irrisórios, se comparados aos gastos com o pagamento da dívida externa, é preciso uma tomada de posição política para a mudança dessa realidade. Entretanto, dadas as condições reinantes na atualidade, dificilmente essas medidas se concretizarão a curto e médio prazos.

A esperança de vida ao nascer no Brasil melhorou muito, pois em 1960 era de 55 anos, e passando em 1989 para 65 anos. Isso foi possível graças à diminuição da

mortalidade infantil, pela melhoria do saneamento básico, pela cobertura imunológica entre outros fatores. Entretanto o Brasil, quando comparado com os demais países, fica numa situação muito distanciada, pois, para 1989, a China alcança o marco dos 70 anos, o Chile, 72 anos, a Costa Rica, 75 anos, Cuba, 76 anos e Suécia, 77 anos (Tabela 5).

Tabela 5

Indicadores sócio-econômicos do Brasil em comparação com o Chile,
Costa Rica, China e Suécia — décadas de 60, 70 e 80

PAÍSES	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER, EM ANOS		TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS	PORCENTAGEM DE MATRICULADOS NA 1ª SÉRIE QUE CONCLUEM O 1º GRAU (1985-87)	SUPRIMENTO DE CALORIAS DIÁRIAS "PER CAPITA", COMO % DAS NECESSIDADES (1984-86)
	1960	1989	1985		
Brasil	55	65	79	22	111
Chile	57	72	92	33	106
Costa Rica	62	75	92	81	124
Cuba	64	76	92	92	135
China	47	70	68	68	111
Suécia	73	77	...	...	113

FONTE: Situação Mundial da Infância 1991 (s.d.). Brasília, UNICEF.

A taxa de alfabetização de adultos (porcentagem de indivíduos de 15 anos ou mais capazes de ler e escrever), em 1985, conforme a Tabela 5, era de 79% no Brasil; de 92% para o Chile, Costa Rica e Cuba; e, com uma menor alfabetização, inclusive inferior à brasileira, a da China, com 68%. Para o UNICEF (1989, p.79), "(...) a taxa de alfabetização tem a vantagem de medir a disseminação não apenas de um resultado final desejável de desenvolvimento, mas também do meio chave para participar de outros aspectos do processo de desenvolvimento, e deles se beneficiar". O número de analfabetos no Brasil em 1988, conforme o IBGE, chegou a 19,8 milhões, o que representava 18,5% do total da população (FSP, 2.11.89, p.D-3).

O eleitorado, segundo o perfil do IBGE, que escolheu o Presidente da República em 1989, possuía um nível de instrução muito baixo. Uma parcela significativa era analfabeta, 17,1% dos eleitores não tinham instrução nenhuma ou não chegaram a completar um ano de estudo e 19,7% tiveram de um a três anos (FSP, 25.10.89, p.B-10). Com grau tão baixo de instrução, a participação no processo de desenvolvimento sócio-político, como aquele propugnado pelo UNICEF, fica prejudicada.

A porcentagem de matriculados na primeira série que concluíram o 1º grau entre 1985 e 1987 era muito pequena no Brasil, com apenas 22%, enquanto no Chile era de 33%, na China 68%, na Costa Rica 81% e em Cuba de 92%. Essas informações vêm reforçar as afirmativas anteriores, que colocam o brasileiro em desvantagem quanto à participação na vida nacional e no resgate de sua cidadania (Tabela 5).

O último indicador a ser analisado é o que avalia as condições nutricionais da população quanto ao suprimento de calorias "per capita", como percentual das necessidades. Referentemente a esse indicador, entre 1984 e 1986, os países melhor

situados foram: Cuba com 135%, ou seja, tinha um suprimento calórico de 35% superior ao necessário; a Costa Rica, com 124%; a Suécia com 113%; o Brasil e a China iguais com 111%; e o Chile com 106% (Tabela 5).

O Brasil, por essa informação, detinha um suprimento calórico de 11% acima do necessário, entretanto é preciso analisar esse número à luz do que foi visto até este momento e recapitular que, na maioria dos indicadores sócio-econômicos, o Brasil não ostenta uma posição favorável, muito pelo contrário, é francamente superado pelo conjunto dos países e é, em especial, onde ocorre uma maior iniquidade.

A qualidade do estado de saúde e nutrição dos brasileiros pode ser mensurada também pelo indicador do nível de retardo do crescimento das crianças, ou seja, percentual de crianças de cinco anos com tamanho inferior ao padrão da OMS. Conforme esse padrão, em 1989, 15% das 8,1 milhões de crianças com até cinco anos de idade foram consideradas nanicas, e a principal causa foi a desnutrição (FSP, 26.6.91, p.1-12).

O desempenho brasileiro, no campo dos indicadores sociais aqui analisados, não sofreu, nos anos recentes, modificações significativas, inclusive muitos desses indicadores tiveram uma reversão de tendência.

O Governo Collor, em 15 de março de 1991, propôs para a sociedade o documento Brasil — Um Projeto de Reconstrução Nacional, onde se faz um diagnóstico da realidade brasileira nos setores econômico, político e social. Uma das afirmações do documento propõe: "A retomada do crescimento é condição necessária para a melhoria dos indicadores sociais no país, por seus efeitos sobre a expansão do emprego e da renda" (FSP, 15.3.91, p.1-9). Os resultados concretos da política econômica do Governo Federal têm apontado numa direção diametralmente oposta, com aumento do desemprego e queda na renda dos assalariados. O PIB caiu 4,4% em 1990; para o corrente ano, o Ministério da Economia prevê um crescimento de apenas 0,78%; e na proposta do Orçamento da União para 1992 a meta a ser alcançada é um crescimento econômico zero.

O Cientista Político Hélio Jaguaribe, que participou com sugestões teóricas do Projeto de Reconstrução Nacional, defende um crescimento econômico em torno de 5,5% a 6% para que sejam corrigidos os desequilíbrios sociais e, assim, elevar o padrão de vida dos brasileiros ao equivalente ao dos setores mais pobres do sul da Europa, como Grécia e Portugal (ZH, 17.4.91, p.32).

A partir dessas colocações, fica claro que é preciso pressionar o poder público para adotar propostas da sociedade civil organizada que combatam a miséria no Brasil. Muitos movimentos têm sido tentados nos últimos anos, e, recentemente (11.11.1991), 34 entidades da sociedade civil lançaram em São Paulo o Movimento Opção Brasil, com um objetivo principal: o combate à miséria (FSP, 12.11.91, p.1-4). Caso a sociedade saia vencedora nessa empreitada, pode se esperar uma melhora da qualidade de vida dos brasileiros, com reflexos nos indicadores sociais.

Bibliografia

- AZEREDO, Beatriz (1991). *Estado e políticas sociais nos anos 90*. Porto Alegre, FEE. 8 nov. (Palestra).
- CEPAL (1989). *La dinamica del deterioro social en America Latina y el Caribe en los años ochenta*. San José/Costa Rica.

FOLHA DE SÃO PAULO (2.11.89). São Paulo, p.D-3.

___ (26.6.91). São Paulo, p.1-12.

___ (10.11.91). São Paulo, p.1-18.

___ (2.11.89). IBGE revela queda no índice de analfabetismo. São Paulo. p.D-3.

___ (12.11.91). Movimento faz propostas contra miséria no Brasil. São Paulo. p.1-4.

___ (25.10.89). 70% votarão pela primeira vez para presidente. São Paulo. p.B-10.

___ (15.3.91). Veja a íntegra do Projeto de Reconstrução. São Paulo. p.1-9.

GALL, Peter (1990). Lo verdaderamente importante. **Desarrollo Mundial**, New York, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), :4-14, jun.

MONTEIRO FILHO, Lauro (1989). Indicadores sociais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 13 set. p.11.

NEVES, Heloisa (1991). ONU diz que país tem 15% de nanicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 26 jun. p.1-12.

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 1989 (s.d.). Brasília, UNICEF.

___ 1991 (s.d.). Brasília, UNICEF.

VAZ, Lúcio (1991). União reduz gastos com região. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 10 nov. p.1-18.

VEJA (1989). Os dois brasis. Rio de Janeiro, v.22, n.43, 1^o nov. p.36-43.

ZERO HORA (17.4.91). Jaguaribe acredita na volta do crescimento. Porto Alegre. p.32.

___ (26.5.91). Informe avalia grau de liberdade em 88 países. Porto Alegre. p.28.

___ (10.10.89). Pesquisa. Porto Alegre. p.52.